

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.639 - SC (2019/0051425-0)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : EVERALDO LUÍS RESTANHO - SC009195  
MARCOS ANDREY DE SOUSA E OUTRO(S) - SC009180  
**AGRAVADO** : A. ANGELONI & CIA LTDA E FILIAL(IS)  
**ADVOGADO** : EDNA BENEDET DA SILVA - SC013593

**EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COISA JULGADA. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Cumprimento de sentença.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por OI S. A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 21/12/2018.

**Concluso ao gabinete em:** 29/030/2019.

**Ação:** impugnação ao cumprimento de sentença proposta pela BRASIL TELECOM S/A, em ação de integralização de ações.

**Decisão interlocutória:** rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença.

**Acórdão:** deu parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTIGO 1.015, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15). AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO ACIONÁRIA EM FASE DE

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE REJEITOU A IMPUGNAÇÃO AO É CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

RECURSO DA IMPUGNANTE/EXECUTADA.

PEDIDO DE SUSPENSÃO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO POR CENTO E OITENTA DIAS EM RAZÃO DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA RECORRENTE. APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO PELA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES NOS AUTOS DA AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DETERMINAÇÃO DE RETOMADA DO TRÂMITE DE TODAS AS EXECUÇÕES SUSPENSAS A CONTAR DE 19-12-2017. PLEITO AFASTADO.

INSURGÊNCIA NO TOCANTE AO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÕES (VPA), POIS O VALOR UTILIZADO NÃO CONDIZ COM O MÊS DE CADA INTEGRALIZAÇÃO. BALANCETE DA TELEBRÁS CONFECCIONADO EM PERIODICIDADE TRIMESTRAL.

VALORES UTILIZADOS CORRESPONDENTES AOS RESPECTIVOS PERÍODOS, EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DESTE TRIBUNAL (CGJ -TJ/SC) E EM CONFORMIDADE COM A SÚMULA. 371 DO STJ. TESE REJEITADA.

EQUIVALÊNCIA DAS AÇÕES TELESC E TELEBRÁS.

ARGUMENTO DE QUE NOS CONTRATOS CELEBRADOS COM A TELEBRÁS EM DATA ANTERIOR A 23-3-1990 NÃO DEVE SER INCLUÍDA A DOBRA ACIONÁRIA DA TELEFONIA FIXA, DECORRENTE DA TRANSFORMAÇÃO ACIONÁRIA OCORRIDA NAQUELA DATA. TESE AFASTADA. CONTRATO FIRMADOS EM DATAS ANTERIORES A 1990. ACIONISTA QUE FAZ JUS ÀS VERBAS RELATIVAS ÀS TRANSFORMAÇÕES ACIONÁRIAS POSTERIORES, CONFORME PREVISTO NA ASSEMBLEIA GERAL DA TELEBRÁS DE 23-3-1990.

TRANSFORMAÇÕES ACIONÁRIAS. ARGUMENTO DE QUE OS CONTRATOS FORAM FIRMADOS COM A TELEBRÁS EM DATA ANTERIOR A 1998, RAZÃO PELA QUAL É A TELEBRÁS QUEM DEVE INDENIZAR EVENTUAL COMPLEMENTAÇÃO ACIONÁRIA. TESE DERRUÍDA. LEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA NA AÇÃO DE CONHECIMENTO. TESE NO SENTIDO DE QUE APENAS AS TRANSFORMAÇÕES ACIONÁRIAS RELATIVAS À TELEBRÁS DEVEM INTEGRAR O CÁLCULO. HIPÓTESE OBSERVADA PELO CONTADOR JUDICIAL DIANTE DA DESESTATIZAÇÃO DA TELEBRÁS EM DOZE COMPANHIAS, DENTRE ELAS A TELESC.

VERBAS RELATIVAS ÀS TRANSFORMAÇÕES

ACIONÁRIAS POSTERIORES À CONTRATAÇÃO QUE DEVEM INTEGRAR O CÁLCULO PARA REFLETIR O REAL NÚMERO DE AÇÕES DEVIDAS. PONTO AFASTADO.

CONVERSÃO EM PECÚNIA. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. ALEGAÇÃO DE QUE A CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO UTILIZOU VALORES INCORRETOS. PEDIDO PARA QUE SEJAM UTILIZADOS OS VALORES APONTADOS NESTE RECURSO. TÍTULO EXECUTIVO QUE DETERMINA A UTILIZAÇÃO DO MAIOR VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO NO PERÍODO DE AL CONTRATAÇÃO. CRITÉRIO OBSERVADO PELO CONTADOR JUDICIAL. RECORRENTE QUE APENAS APONTA OS VALORES QUE ENTENDE CORRETOS, TODAVIA, NÃO COMPROVA QUE CORRESPONDEM AO CRITÉRIO DETERMINADO NO TÍTULO EXECUTIVO. IA PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DA AÇÃO NO TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO DE CONHECIMENTO.

OFENSA À COISA JULGADA. PONTO AFASTADO. ARGUMENTO QUANTO À AUSÊNCIA DE MEMÓRIA DISCRIMINADA DO DO CÁLCULO DA RUBRICA DIVIDENDOS.

IMPOSSIBILIDADE DE CORRETA ANÁLISE DO CÁLCULO. PONTO PROVIDO. PREJUÍZO À AMPLA DEFESA. CÁLCULO QUE DEVE DEMONSTRAR A EVOLUÇÃO DAS PARCELAS E CONSECUTÓRIOS INCIDENTES.

INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475-B DO CPC/1973, VIGENTE À ÉPOCA DA APURAÇÃO DO DÉBITO. DOCUMENTO QUE DEVE SER ACOSTADO AOS AUTOS PARA QUE TODOS OS SUJEITOS DO PROCESSO POSSAM ANALISÁ-LO.

Em que pesem os meios disponibilizados para as contadorias judiciais, a ausência de memória discriminada quanto a uma das rubricas da dívida impossibilita a análise das razões do recorrente, resultando em cerceamento de defesa e ofensa ao contraditório e à ampla defesa, em confronto ao que determina o art. 5º, IV, da CF/1988.

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (e-STJ fls. 284/286)

**Embargos de Declaração:** opostos pela agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 141, 492, 503 do CPC/15. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que o acórdão recorrido viola a coisa julgada, devendo o cumprimento de sentença se adequar

à decisão transitada em julgado, adotando-se, o cálculo da recorrente.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- *Julgamento:*** aplicação do CPC/2015.

**- *Da violação do art. 1.022 do CPC/2015***

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca dos supostos pontos omissos e contraditórios (incorrekções no cálculo da contadoria), de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

**- *Da ausência de prequestionamento***

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 141, 492 e 503 do CPC/15, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

**- *Do reexame de fatos e provas***

Quanto à coisa julgada, o TJ/SC assim concluiu:

(...)

Em consulta à "planilha para cálculo de diferença de

subscrição de ações de telefonia - BRT, confeccionada pela Assessoria de Custas da Corregedoria Geral de Justiça do TJ/SC, verifica-se que para tais meses o valor da ação era de: a) 53,7260 (setembro, outubro e novembro de 1988); b) 1,3080 (dezembro de 1985, janeiro e fevereiro de 1986); c) 0,6020 (setembro, outubro e novembro de 2011). Portanto, em perfeita consonância com os VPA's aplicados aos cálculos de fls. 247, 241 e 270.

A Súmula n. 371 do STJ determina: "Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização."

Dessa forma, os valores apontados nos cálculos apresentado pela Contadoria Judicial (fls. 247, 241 e 270) estão corretos, pois utilizado o exato valor da ação correspondente ao respectivo período.

Salienta-se que a recorrente não carrou ao caderno recursal a nenhum documento hábil a comprovar que os VPA's apontados no recurso (diverso do informado pela Corregedoria Geral de Justiça deste Tribunal) são os corretos para os períodos. (e-STJ fls. 290/291).

Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, para reconhecer a ofensa à coisa julgada, na hipótese, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora